

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: igobe9ov SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 17/12/2025 Projeto de lei nº 2148/2025 Protocolo nº 13458/2025 Processo nº 4226/2025	
Autor: Dep. Beto Dois a Um		

**INSTITUI NORMAS DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS SIMPLIFICADAS PARA PROJETOS
CULTURAIS DE PEQUENO PORTE NO ÂMBITO
DO ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam instituídas, no âmbito do Estado de Mato Grosso, normas de prestação de contas simplificadas para projetos culturais de pequeno porte, com o objetivo de desburocratizar procedimentos, ampliar o acesso e melhorar a execução das políticas públicas de cultura.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se projetos culturais de pequeno porte aqueles que envolvam valor total de recursos públicos igual ou inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

§ 1º O valor referido no caput poderá ser atualizado anualmente por ato do Poder Executivo, com base em índice oficial de correção monetária.

§ 2º Regulamento poderá estabelecer faixas menores de simplificação, garantindo proporcionalidade entre valor recebido e exigências.

Art. 3º A prestação de contas simplificada deverá observar, no mínimo, os seguintes elementos:

I – Relatório de Execução Simples, contendo:

- a) descrição das atividades realizadas;
- b) público alcançado, quando aplicável;
- c) entrega dos produtos culturais previstos;
- d) justificativas para ajustes ou alterações.

II – Comprovação Financeira Simplificada, composta por:

- a) relação consolidada das despesas;
- b) notas fiscais ou recibos essenciais, limitadas aos itens principais definidos pelo órgão gestor;
- c) declaração de veracidade firmada pelo proponente.

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

III – Envio digital obrigatório da documentação por meio da plataforma estadual de gestão cultural ou outro sistema indicado pelo órgão competente.

Art. 4º Os órgãos estaduais responsáveis pela execução de políticas culturais deverão disponibilizar:

- I – modelo-padrão de relatório de execução e de comprovação financeira;
- II – cartilha de orientação simplificada;
- III – canal de suporte técnico, preferencialmente digital, para dúvidas dos proponentes.

Art. 5º A adoção do modelo de prestação de contas simplificada não dispensa auditoria, fiscalização ou monitoramento pelos órgãos de controle interno e externo, quando necessário.

Art. 6º Poderão aderir ao procedimento simplificado os projetos culturais apoiados por meio de:

- I – editais públicos;
- II – prêmios culturais;
- III – convênios ou termos de fomento realizados com organizações da sociedade civil;
- IV – programas estaduais de incentivo à cultura.

Art. 7º Ato normativo do Poder Executivo poderá:

- I – atualizar o valor-limite definido no art. 2º;
- II – detalhar procedimentos operacionais;
- III – estabelecer regras de transição para editais já em andamento.

Art. 8º As normas desta Lei não implicarão criação de novos órgãos, nem aumento de despesa pública, devendo ser executadas exclusivamente com recursos e estruturas já existentes.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta busca modernizar e simplificar os procedimentos de prestação de contas para projetos culturais de pequeno porte no Estado de Mato Grosso, fixando o limite de R\$ 30.000,00, valor amplamente compatível com editais culturais estaduais e municipais utilizados em ações comunitárias, prêmios, iniciativas individuais e microprojetos.

Grande parte dos agentes culturais do Estado trabalha com valores reduzidos e não possui equipe técnica ou contábil para lidar com exigências burocráticas complexas. Ao aplicar regras simplificadas e proporcionais ao valor executado, a administração pública:

- reduz inadimplências involuntárias;
- amplia a participação de novos proponentes;
- melhora a execução orçamentária;
- fortalece a cadeia produtiva cultural;
- reduz custos administrativos do próprio Estado.

A medida segue boas práticas adotadas nacionalmente, respeita a transparência e o controle público e não gera novos gastos, já que utiliza as plataformas e equipes existentes.

Por esses motivos, solicito o apoio dos nobres Parlamentares para aprovação desta proposição.



Estado de Mato Grosso
Assembleia Legislativa



Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 17 de Dezembro de 2025

Beto Dois a Um
Deputado Estadual